

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE GESTÃO ACADÊMICA
EDITAL N.º 02/2018



EDITAL DE MATRÍCULA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO PROGRAMA UFGInclui - INDÍGENAS E NEGROS QUILOMBOLAS /UFG 2018 – MATRÍCULA

AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, CPF _____, candidato(a) aprovado(a) no UFGInclui para o Curso de _____ Grau _____, na regional _____ da Universidade Federal de Goiás (UFG), optante pelo Programa UFGInclui -INDÍGENAS E NEGROS QUILOMBOLAS /UFG, na categoria de candidato me autodeclaro:

() **Indígena**

Declaro estar ciente de que esta autodeclaração será verificada, no ato de matrícula, pela Comissão de Verificação de Autodeclaração, por meio da conferência dos documentos (uma fotocópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI ou declaração da Comunidade Indígena sobre a condição étnica do candidato (a) nos termos do item II do Anexo VII do Edital nº 02/2018).

Declaro também estar ciente de que a prestação de informação falsa ensejará a eliminação do (a) candidato (a) no processo seletivo da UFG sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis, conforme estabelecido nos seguintes artigos:

Art.9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, que “Dispõe sobre implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012”, o qual estabelece: “Art.9º A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais”.

"Art. 299. do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940– (Código Penal) que dispõe: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena-reclusão, de um a cinco anos, e multa (...), se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa (...), se o documento é particular”.

Data: _____ / _____ /2018.

Assinatura do Candidato (a)